



As Leis Morais no Contexto Espírita

Livretos Doutrinários
Vol.08



Autor Intelectual
Leonel Sivieri Varanda

Departamento de Difusão
Doutrinária

INSTITUTO ESPÍRITA DA CARIDADE LUZ DE LÍVIA

Departamento de Comunicação

1ª edição – Março/2018 – 5.000 exemplares

Voluntário Colaborador :

LENICE SIVIERI VARANDA

Todos os direitos de reprodução, cópia, comunicação ao público e exploração econômica desta obra estão reservados única e exclusivamente para o Instituto Espírita da Caridade Luz de Livia. Proibida a reprodução total ou parcial da mesma, através de qualquer forma, meio ou processo eletrônico, digital, fotocópia, microfilme, internet, CD-ROM, sem a prévia e expressa autorização da editora nos termos da Lei 9.610/98 que regulamenta os direitos de autor e conexos.



INSTITUTO ESPÍRITA DA CARIDADE LUZ DE LÍVIA

ALAMEDA EUROPA, 1087
BAIRRO MANSÕES AEROPORTO
UBERLÂNDIA - MG

AME

SUMÁRIO

AS LEIS MORAIS NO CONTEXTO ESPÍRITA

PREFÁCIO	6
APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO I	13
Os Obreiros do Senhor.....	14
CAPÍTULO II	19
A Lei Natural.....	20
CAPÍTULO III	39
Da Lei de Adoração.....	40
CAPÍTULO IV	53
Da Lei de Conservação.....	54
CAPÍTULO V	68
Da Lei do Progresso.....	69
CAPÍTULO VI	81
Da Lei de Justiça, Amor e Caridade.....	82
CAPÍTULO VII	93
Considerações Finais.....	94
Referências Bibliográficas	99

PREFÁCIO



Chico Xavier e Jarbas Varanda
Fonte: Acervo da família Jarbas Varanda

Os Livretos Doutrinários que aqui se descortinam são uma expressão nítida e real dos passos incansáveis ao Jesus, nosso bem maior.

Desnecessário falar deste irmão em Cristo, que traz na humildade e serenidade do coração as mais belas conjunturas espirituais abraçadas pelo Espiritismo Consolador.

Tivera o prazer do convívio familiar com este nobre espírito, não me deixando dúvidas de sua inquietude no desvendar da Doutrina Espírita. Desvendar sim!

A cada Livreto um convite ao conhecimento da Luz que se brilha no firmamento.

Leonel Varanda, inspirado pelo alto, carrega no intelecto as vibrações de nosso Mentor Espiritual Eurípedes Barsanulfo, baluarte da Terceira Revelação no Triângulo Mineiro.

Justo dizer que pouco contribuí para este luminoso trabalho que se inicia com a objetividade e clareza de um coração puro e emergente para o Plano Maior.

Sua dedicação ao Espiritismo que tão bem o vi praticar, explode hoje em mananciais de Luz norteando o conhecimento da Doutrina.

No resgate do Cristianismo redivivo, os Livretos Doutrinários chegam com esta missão: que possamos compreender a Luz do Evangelho de Cristo, segundo o Espiritismo, o verdadeiro sentido de nossa vida encarnatória e plural.

Não estamos mais na condição de fazedores do destino, mas no cumprimento dos desígnos de Deus.

Minha pequena contribuição para o esclarecimento da Doutrina dos Espíritos se faz aqui, lembrando sempre da exemplificação de nosso irmão Chico Xavier tão bem ilustrada nestas páginas de sabedoria cristã.

Me despeço num largo sorriso, na certeza de que tudo caminha para a execução dos Planos Divinos e retomada da humildade e perseverança do bem crescer em consonância com a máxima de Jesus na prática da caridade e amor ao próximo.

Abençoada seja esta nova empreita de nosso Instituto da Caridade Luz de Livia, que, particularmente, me sinto envolto para as lides da nossa Doutrina Espírita.

Jarbas Leone Varanda

Uberlândia, 24/07/2017.

Psicografia recebida no Instituto Espírita da Caridade Luz de Livia pela médium Lenice Sivieri Varanda

APRESENTAÇÃO

O Instituto Espírita da Caridade Luz de Livia nos apresenta a oportunidade do esclarecimento, através da publicação de importantes chamadas da espiritualidade, na forma de livretos básicos doutrinários, cujo conteúdo deverá refletir o pensamento contido nas obras da Codificação, para o serviço de difusão da ideia espírita.

Nada de novo que pudesse chamar a atenção para outros aspectos da Doutrina Espírita, mas, simplesmente, numa ordem diferente, baseado no pressuposto de que a ideia espírita é um manancial riquíssimo de valores e ensinamentos.

Uma forma simples e prática para o entendimento de uma Doutrina que pertence aos Espíritos, e cuja direção superior nos conclama para a fidelidade aos postulados Espíritas, pois que representam, na atualidade, a maior fonte de informações para a compreensão de nossa posição de Espíritos eternos, conscientes e responsáveis perante a vida.

Nesses livretos, encontraremos a Doutrina Espírita, livre e dinâmica, que espelha o propósito de

concretizar a tarefa de consolador prometido, direcionando os esforços dos Espíritas para a finalidade básica do Espiritismo, que se encontra na revivescência do Evangelho de Nosso Senhor Jesus.

E, nesse sentido, vamos verificar a luminosa coerência entre o edifício da Codificação, base que se sustenta na lógica e na simplicidade de Kardec, com a obra extraordinária do médium Francisco Cândido Xavier que nos remete à vivência Cristã, em sua pureza original.

Chico Xavier, ao dar sentido à obra de Kardec, em sua aplicação prática, vivendo e sofrendo os princípios espíritas em toda a sua plenitude, desde a compreensão e aceitação absoluta dos desígnios de Deus, até às esperanças e consolações, quando materializou a coletânea de mensagens de entes queridos, que subiram aos céus em forma de reconhecimento e amor, deixa, a toda humanidade, a expressão máxima do Espiritismo, a sua finalidade principal, na feição do Consolador Prometido.

Portanto, a tarefa reservada ao Instituto Luz de Lúvia, com a publicação dos livretos doutrinários, é dar visibilidade simples e prática à Doutrina Espírita, apoiada, principalmente, na lógica de Kardec e na luz

de Chico Xavier. Um ajuste perfeito, unindo teoria e prática, que busca a substância do Espiritismo, e que se acha personificada na mensagem permanente do Evangelho, expressão fiel da mensagem do Salvador, o Cristo de Deus.

Uberlândia, Primavera de 2017.

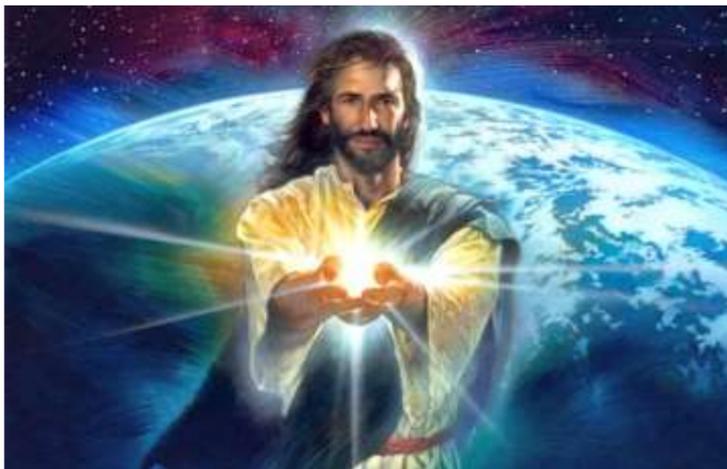


CAPÍTULO I

DAS LEIS MORAIS

CAPÍTULO I

DAS LEIS MORAIS



<http://religiao.culturamix.com/religiosidades/imagens-de-jesus-cristo/>

Quando nos referimos às leis que regem o estado das almas, isso independente do lugar em que o Espírito se encontre, estamos fazendo referência aos princípios norteadores da vida individual e social, composto por um conjunto de regras naturais que estabelecem os direitos e os deveres inerentes a todos os seres humanos. Princípios que estão de acordo com as leis da natureza e

que demonstrem a perfeita justiça, de acordo com as leis sábias e perfeitas emanadas do Criador.

A razão está a dizer que devem ser apropriadas à natureza de cada mundo e adequadas ao grau de progresso dos seres que os habitam (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos).

Para que possamos relacionar as Leis Morais, o código sublime e divino que se aplica a natureza de cada Planeta, precisamos compreender as bases sob as quais se assenta a mais meritória de todas as virtudes, tendo em vista que as leis morais somente terão aplicação perfeita se os homens vivenciarem padrões de virtudes elevadas.

Toda virtude tem seu mérito próprio, porque todas indicam progresso na senda do bem. Há virtude sempre que há resistência voluntária ao arrastamento dos maus pendores. A sublimidade da virtude, porém, está no sacrifício do interesse pessoal, pelo bem do próximo, sem pensamento oculto. A mais meritória é a

que assenta na mais desinteressada caridade (Allan Kardec, Pergunta 893 de O Livro dos Espíritos).

Allan Kardec conseguiu reunir nas chamadas leis morais todo um edifício, estruturado na ética divina, que consubstancia o pórtico de passagem para uma nova sociedade, um novo templo, uma nova vida. São doze leis, estruturadas com base na filosofia dos Espíritos superiores, e que devem ser inscritas, a caracteres de luz, na consciência de todos os habitantes do Planeta Terra, como a maior mensagem da Espiritualidade para organização social dos povos. Trata-se, por analogia, do Sermão da Montanha moderno, escrito sob ditado e ordem dos Espíritos Superiores que foram responsáveis pela Codificação do Consolador prometido por Jesus, no formato de leis sábias e seguras para todos os povos.

Se uma pessoa deseja conhecer, segundo a ótica do mundo contemporâneo, quais são as leis de Deus e como aplicá-las, podemos, sem dúvida alguma, relacionar as Leis Morais que estão catalogadas em O Livro dos Espíritos, pois essas

Leis consubstanciam a Lei de Amor, Justiça e Caridade e expressam a mais perfeita compreensão e aplicação dos princípios evangélicos.

Todos podem conhecê-la, mas nem todos a compreendem. Os homens de bem e os que se decidem a investigá-la são os que melhor a compreendem. Todos, entretanto, a compreenderão um dia, porquanto forçoso é que o progresso se efetue (Allan Kardec, Pergunta 619 de O Livro dos Espíritos).

Essa questão, levantada na Pergunta 619 de O Livro dos Espíritos, somente pode ser compreendida à luz das diversas encarnações do Espírito, pois a lei de justiça é uma consequência deste princípio, pois que, em cada nova existência, sua inteligência se acha mais desenvolvida e ele compreende melhor o que é bem e o que é mal.

Vejamos, então, como Allan Kardec, de forma simples e didática, relacionou as Leis Morais.

- **DA LEI DIVINA OU NATURAL**
- **DA LEI DE ADORAÇÃO**
- **DA LEI DO TRABALHO**
- **DA LEI DE REPRODUÇÃO**
- **DA LEI DE CONSERVAÇÃO**
- **DA LEI DE DESTRUIÇÃO**
- **DA LEI DE SOCIEDADE**
- **DA LEI DO PROGRESSO**
- **DA LEI DE IGUALDADE**
- **DA LEI DE LIBERDADE**
- **DA LEI DE JUSTIÇA, DE AMOR E DE CARIDADE**
- **DA PERFEIÇÃO MORAL**

A sublimidade das leis morais é justificada porque estão todas baseadas nos princípios do Sermão da Montanha. Não existe um só pensamento que seja contrário às bem-aventuranças de Nosso Senhor Jesus. É o mesmo Sermão, apenas, ampliado e adaptado às necessidades intelectuais do mundo contemporâneo. Existe uma

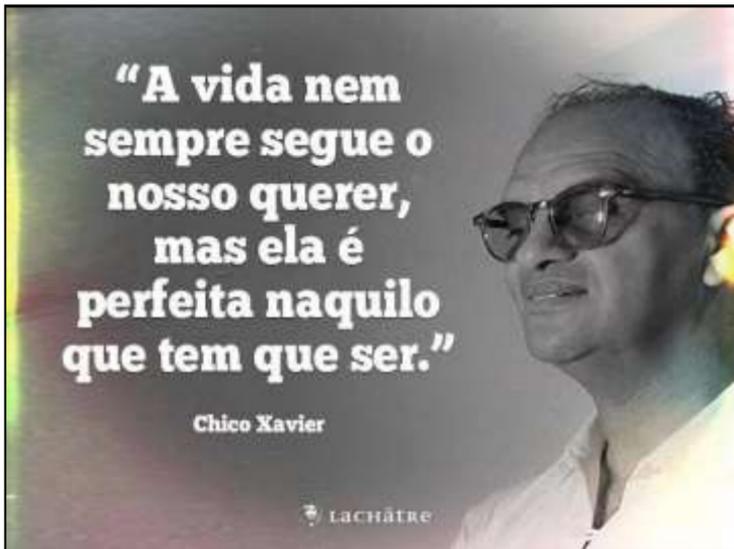
concordância perfeita no que diz respeito aos direitos e deveres do homem em relação a Deus e ao próximo.

CAPITULO II

A LEI NATURAL

CAPITULO II

A LEI NATURAL



As Leis Morais, à luz do entendimento espírita, representam um código de conduta ética perante a ordem universal, sendo, no contexto atual, a mais ampla compreensão das leis de Deus, codificada

pela Doutrina Espírita. Este código representa o auxílio da Espiritualidade superior às instituições humanas e aos Espíritos na aplicação da verdade universal, para avanço das bases sociais, e sem ferir o livre arbítrio do ser humano, que prossegue em sua condição de criatura eterna e responsável perante a própria consciência. Nesta síntese, iremos abordar aspectos desses princípios universais, tão bem apreciados por Allan Kardec em O Livro dos Espíritos, para melhor entendimento da vida e das relações humanas.

Para iniciar, iremos destacar uma aplicação prática da Lei Natural, que nos permite compreender aspectos fundamentais da Justiça Divina e do processo natural de adoração a Deus. Mais importante que essas definições é enxergar o alcance das Leis Morais, como diretriz segura para o funcionamento da vida universal, e destituída das interpretações e aparatos humanos.

Onda esta escrita a lei de Deus, perguntou Allan Kardec aos Espíritos, conforme esta assinalado na pergunta 621 de O Livro dos Espíritos. Os Espíritos responderam: **na consciência**. A

resposta representa uma verdadeira revolução no entendimento da Justiça Divina, e aproxima-nos, também, da compressão do sentido da adoração a Deus, cuja afirmativa encontramos na passagem de Jesus com a Samaritana.

Em primeiro lugar, façamos uma análise da expressão da justiça divina na consciência de cada ser humano. A Justiça Divina para ser expressão da verdade, determina, necessariamente, que em qualquer processo de avaliação, deve existir a necessidade do ser humano se submeter a um autojulgamento, já que sendo as leis de Deus inscritas, a caracteres de luz, em nossa consciência, o portal mais importante na avaliação do Espírito imortal reside dentro dele mesmo.

Nesse sentido, vamos analisar, a título de exemplificação, a influência da consciência na aferição de nosso valor quando retornamos ao mundo espiritual, depois de cumpridas as nossas tarefas existenciais. Comprovações científicas e fatos mediúnicos, ou Espíritos, nos revelam que no fenômeno da desencarnação, ou do

desligamento do Espírito do corpo físico, o ser humano revisa, automaticamente, por força da lei de Deus e manifestação da Justiça Divina, toda sua última existência. Esta revisão das experiências no mundo físico se caracteriza por um autojulgamento, que coloca a Alma, no mundo espiritual, no lugar conquistado por ela mesma e segundo diretrizes essenciais, conforme assevera André Luiz, no livro *Evolução em Dois Mundos*.

A consciência examina em retrospecto de minutos ou de longas horas, ao integrar-se definitivamente em seu corpo sutil, pela histogênese espiritual, todos os acontecimentos da própria vida, nos prodígios de memória, a que se referem os desencarnados quando descrevem para os homens a grande passagem para o sepulcro. É que a mente, no limiar da recomposição de seu próprio veículo, seja no renascimento biológico ou na desencarnação, revisa automaticamente e de modo rápido todas as experiências por ela própria vividas, imprimindo magneticamente às células, que se desdobrarão em unidades físicas e psicossomáticas, no corpo físico e no corpo espiritual, as diretrizes a que estarão sujeitas, dentro do novo ciclo de evolução em

que ingressam. Acresce lembrar, ainda, como nota confirmativa de nossas asserções, que, esporadicamente, encarnados saídos ilesos de grandes perigos como acidentes e suicídios frustrados, relatam semelhante fenômeno de revisão das próprias experiências, também chamado visão panorâmica e síntese mental (André Luiz, Evolução em Dois Mundos).

A Justiça Divina, portanto, passa a ser uma expressão da identidade do Espírito, com características próprias e definíveis no nível da consciência de cada ser humano. Muitas vezes, portanto, o que para o homem civilizado é um crime de difícil reparação, para o selvagem passa a ser um simples delito, na razão direta de sua compreensão. Entendemos, perfeitamente, que a responsabilidade será proporcional ao conhecimento, e que o lugar reservado a cada um, depois da desencarnação, acontece como resultado da lei de Deus, que encontra-se inscrita em nossa consciência.

Logo após a morte física, sofre a alma culpada minucioso processo de purgação, tanto mais produtivo

quanto mais se lhe exteriorize a dor do arrependimento, e, apenas depois disso, consegue elevar-se a esferas de reconforto e reeducação. Se a moléstia experimentada na veste somática foi longa e difícil, abençoadas depurações terão sido feitas, pelo ensejo de autoexame, no qual as aflições suportadas com paciência lhe alteraram sensações e refundiram ideias. Criminosos, solicitados com insistência pelo próprio arrependimento, plasmam, em torno de si mesmos, as cenas degradantes em que arruinaram a vida íntima. Caluniadores que aniquilaram a felicidade alheia vivem pesadelos espantosos, regravando nas telas da memória os padecimentos das vítimas. As vítimas do remorso padecem, assim, por tempo correspondente às necessidades de reajuste, larga internação em zonas compatíveis com o estado espiritual que demonstram (André Luiz, Evolução em Dois Mundos).

O outro aspecto da lei de Deus, de estar inscrita em nossa consciência, diz respeito ao sentido da adoração a Deus, ou seja, a adoração deixa de ser um ato exterior e passa ser um ato interior, presente nas manifestações da própria criatura.

Vejam, então, a passagem do encontro de Jesus com a Samaritana onde o Mestre nos fala do novo sentido de adoração a Deus.



<http://grupoallankardec.blogspot.com.br/2010/05/jesus-conversa-com-samaritana.html>

Jesus declarou: Creia em mim, mulher: está próxima a hora em que vocês não adorarão o Pai nem neste monte, nem em Jerusalém. Vocês, samaritanos, adoram o que não conhecem; nós adoramos o que conhecemos, pois a salvação vem dos judeus. No

entanto, está chegando a hora, e de fato já chegou, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade. São estes os adoradores que o Pai procura (João 4:20-23)

O Mestre afirma, de forma clara e inconfundível, de que Deus é de essência espiritual, diferente de toda manifestação material que conhecemos. Logo, o processo de comunicação ou de adoração a Deus deve acontecer pelas vias do pensamento ou do sentimento, sem necessidade de processos exteriores, como bem nos afirma o educador Herculano Pires.

A religião espírita se traduz em espírito e verdade. O que interessa a Deus não é a precária exterioridade dos ritos e do culto convencional, quase sempre vazio: é o pensamento e o sentimento do homem. A adoração da divindade é uma lei natural. O homem gravita para Deus como a pedra gravita para a terra e esta para o sol. Mas as manifestações exteriores da adoração não são necessárias (Herculano Pires, por ocasião da edição comemorativa do centenário de “O Livro dos Espíritos”, em 18 de Abril de 1.957).

Estas anotações são importantes quando avançamos no entendimento das Leis Morais à luz do ensino espírita, estudadas por Allan Kardec em O Livro dos Espíritos. O primeiro ponto a considerar é a lógica de Kardec ao apresentar questões profundamente racionais e inseridas na metodologia do diálogo que educa, que ensina, que amplia a compreensão através de perguntas bem dirigidas, que vão de pontos superficiais para o ponto central do tema estudado.

Kardec, ao estruturar as leis morais, a única verdadeira para a felicidade do homem, estava informando o dispositivo da lei natural, a lei de Deus, pois a harmonia que reina no universo material ou moral se funda em leis estabelecidas por Deus desde toda a eternidade. As leis morais indica-lhe o que deve fazer e ele só é infeliz quando dela se afasta. **As Leis Morais são regras da vida da alma e dizem respeito ao homem e suas relações com Deus e com seus semelhantes.**

O Homem ao se estabelecer na vida social procura agir com os dispositivos da lei de Deus,

impressos na consciência, mas de acordo com sua capacidade de interpretação. As leis dos homens refletem, quase sempre, o que agasalham em sua alma, e, muitas vezes, distanciadas das leis naturais, estabelecem regras que se apresentam como pálidas expressões da lei de solidariedade, mas Deus não se engana, e os homens são obrigados, então, a modificar suas leis ao longo do caminho evolutivo.

Para se ter uma ideia das leis naturais basta olhar a natureza. Todas as leis da Natureza são leis divinas. Leis eternas e imutáveis. Deus é o autor de tudo, consubstanciando as leis invisíveis em todos os fenômenos da natureza. Agora, se a nossa visão espiritual alcançar o universo, encontraremos Deus na harmonia do cosmos, mas a razão nos diz que as leis, emanadas do Criador, devem ser apropriadas à natureza de cada mundo e adequadas ao grau de progresso dos seres que os habitam.

A todos os homens facultou Deus os meios de conhecerem sua lei, por isso todos a compreenderão um dia, porquanto forçoso é que o

progresso se efetue. Os homens de bem e os que se decidem a investigá-la são os que melhor a compreendem. Mas para isso, é necessária a utilização de um dispositivo da Lei, e que se encontra no princípio de justiça encontrado nos renascimentos sucessivos, ou das diversas encarnações. Em cada nova existência, sua inteligência se acha mais desenvolvida e ele compreende melhor o bem e o que é o mal.

A perfeição exige do Espírito aquisição de conhecimento e moralidade que, efetivamente, não são adquiridos em uma única existência, insuficiente seria, para tanto, a existência mais longa que se possa imaginar.

Na mensagem intitulada “Vidas sucessivas”, psicografada por Chico Xavier e ditada pelo Espírito do educador Emmanuel, encontramos a palavra simples e clara que destaca o princípio da reencarnação dos lábios do Mestre Jesus. A palavra de Jesus a Nicodemos foi suficientemente clara.

***“Não te maravilhes de te haver dito: Necessário vos é
nacer de novo”***

Jesus. (João, 3:7)

VIDAS SUCESSIVAS

Emmanuel, Caminho, Verdade e Vida

A reencarnação é lei universal. Sem ela, a existência terrena representaria turbilhão de desordem e injustiça; à luz de seus esclarecimentos, entendemos todos os fenômenos dolorosos do caminho. O homem ainda não percebeu toda a extensão da misericórdia divina, nos processos de resgate e reajustamento.

Entre os homens, o criminoso é enviado a penas cruéis, seja pela condenação à morte ou aos sofrimentos prolongados. A Providência, todavia, corrige, amando. Não encaminha os réus a prisões infectas e úmidas. Determina somente que os comparsas de dramas nefastos troquem a vestimenta carnal e voltem ao palco da atividade humana, de modo a se redimirem, uns à frente dos outros.

Para a Sabedoria Magnânima nem sempre o que errou é um celerado, como nem sempre a vítima é pura e

sincera. Deus não vê apenas a maldade que surge à superfície do escândalo; conhece o mecanismo sombrio de todas as circunstâncias que provocaram um crime. O Pai identifica as necessidades de seus filhos e reúne-os, periodicamente, pelos laços de sangue ou na rede dos compromissos edificantes, a fim de que aprendam a lei do amor, entre as dificuldades e as dores do destino, com a bênção de temporário esquecimento.

Diante da vida universal, ocorre algo interessante, ou seja, antes de se unir ao corpo, a alma compreende melhor a lei de Deus, evidentemente que de acordo com o grau de perfeição a que tenha atingido, mas ao reencarnar, apesar da Alma guardar a intuição dos princípios que regem a relação entre as almas, os maus instintos, fazem, ordinariamente, que o homem os esqueça.

Em virtude desse esquecimento, em todos os tempos houve homens que tiveram a missão de revelar as leis de Deus. São Espíritos superiores que encarnam com o fim de fazer progredir a Humanidade. Esse movimento ocorre

paralelamente com o advento da Religião, pois o pensamento, conforme afirma André Luiz, em *Evolução em Dois Mundos*, reclamava orientação educativa, de modo a despojar-se da espessa sedimentação de animalidade que lhe presidia os impulsos. E a atividade religiosa nasceu por instituto mundial de higiene da alma. Então, podemos afirmar que a Religião e os grandes missionários da evolução planetária auxiliam o Homem a fixar as grandes leis de Deus, as leis morais, em suas manifestações.



Chico Xavier, no Grupo Espírita da Prece, na leitura da página mediúnica

Assim, encontramos, nos palcos da História da Humanidade, os chamados Profetas, mas os verdadeiros Profetas, que devemos, nesse ponto, identificar segundo a orientação dos Espíritos Superiores.

No sentido evangélico, o vocábulo profeta tem mais extensa significação. Diz-se de todo enviado de Deus com a missão de instruir os homens e de lhes revelar as coisas ocultas e os mistérios da vida espiritual. Pode, pois, um homem ser profeta, sem fazer predições (Allan Kardec, O Evangelho Segundo o Espiritismo).

Uma vez reconhecida a presença desses elevados espíritos, torna-se importante realizar uma análise das características do verdadeiro profeta. Realizando esse trabalho, consta no livro O Evangelho Segundo o Espiritismo, codificado por Allan Kardec, o alerta a respeito dos falsos profetas, discernimento para diferenciar o falso do verdadeiro.

Em pleno Século XXI, em que o avanço civilizatório apresenta as grandes conquistas da humanidade, a inteligência humana se utiliza da

tecnologia para garantir o conforto aos seres humanos, constrói máquinas cada vez mais avançadas, processos de comunicação que nos aproximam de forma extraordinária, mas, simplesmente, se torna incapaz de construir a paz entre os homens. A inteligência humana aproxima as pessoas, mas não constrói pontes de solidariedade, garante o pão, mas não alimenta a alma.

E, no desejo sincero de encontrar a realização de seus ideais mais nobres, o ser humano parte, então, em busca da felicidade, da paz, da alegria íntima, da renovação da mente, e encontra, espalhados pelos diversos cantos das Cidades, Igrejas prometendo o sucesso, a vida próspera, a redenção financeira, mas totalmente afastadas da Religião que nos aproxima de Deus, a única fonte verdadeira para saciar a sede da alma. Surgem, então, os que prometem todos os tipos de solução, aparecem os chamados "Profetas" da atualidade, conclamando o povo à vitória pessoal, pelas vias, laboriosamente esculpidas, de suntuosos templos, mas totalmente esquecidos de enriquecer a alma.

Os olhos ficam fascinados com as promessas de renovação, a suntuosidade dos templos brilha na inteligência, a palavra ardente ilude a muitos, mas todo esse esforço não chega a tocar o sentimento, renovar a Alma, e gastam-se fortunas para garantir a vida fácil dos falsos profetas. Com o discurso enganador da prosperidade material, da realização profissional, vincula-se a mente humana aos interesses materiais, e o distancia, cada vez mais, dos interesses da alma. Mas esses falsos profetas já haviam sido anunciados pelo Cristo, e agora reconhecidos pelos Espíritos superiores quando nos ensinaram, nas páginas do Evangelho Segundo o Espiritismo, a reconhecer os verdadeiros Profetas.

É assim, meus irmãos, que deveis julgar; são as obras que deveis examinar. Se os que se dizem investidos de poder divino revelam sinais de uma missão de natureza elevada, isto é, se possuem no mais alto grau as virtudes cristãs e eternas: a caridade, o amor, a indulgência, a bondade que concilia os corações; se, em apoio das palavras, apresentam os atos, podereis

então dizer: Estes são realmente enviados de Deus (Allan Kardec, O Evangelho Segundo o Espiritismo).

Jesus constitui o tipo da perfeição moral a que a Humanidade pode aspirar na Terra, o modelo perfeito, e a doutrina que ensinou é a expressão mais pura da lei do Senhor. Com Jesus, a mensagem permanente ainda fala em nossos corações: a mensagem da imortalidade com vinculação à caridade. E, ainda hoje, podemos ouvi-lo no íntimo de nossas almas conclamando-nos à perseverança no bem, ao exercício do perdão, com base no esquecimento de todo o mal, aproximando-nos uns dos outros para a permuta de sentimentos fraternos, ao respeito a todas as criaturas e, principalmente, ao dever de amar, incondicionalmente, aos irmãos em humanidade, na forte convicção de que viveremos para sempre.

A humanidade clama e os “Profetas” respondem, mas o Cristo continuará sendo o único e verdadeiro profeta das almas!

Examinemos, de forma simplificada, nas páginas seguintes, as leis morais, relacionadas de forma didática pelo Codificador do Espiritismo, Allan Kardec, como as leis de Adoração, do Trabalho, de Reprodução, de Conservação, de Destruição, de Sociedade, do Progresso, da Igualdade, da Liberdade, de Justiça, Amor e Caridade e da Perfeição Moral.

CAPÍTULO III

DA LEI DE ADORAÇÃO

CAPÍTULO III DA LEI DE ADORAÇÃO



Chico Xavier em reunião pública na Comunhão Espírita Cristã

A Doutrina Espírita, no que diz respeito à lei de adoração, isenta o homem de buscar a adoração exterior, caracterizada pelas imagens, ídolos, vestimentas, estátuas ou qualquer convencionalismo humano, o coloca completamente a descoberto diante do Criador, e o ensina a adorar o Ser Supremos através da simples elevação do pensamento. Desta forma, o ser aproxima de Deus sua alma, na simplicidade de um ato natural, entregando o coração purificado nas boas intenções e no amor ao próximo. O ato de adoração torna-se simples, natural, sem qualquer apelação para os sentidos materiais, mas que exige do homem o esforço de elevação constante.

O sentimento de adoração é inato na alma humana, e a consciência da sua fraqueza leva o homem a curvar-se diante daquele que o pode proteger.

“A adoração verdadeira é do coração. Em todas as vossas ações, lembrai-vos sempre de que o Senhor tem sobre vós o seu olhar” (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos).

Belíssima imagem criada pelos espíritos superiores para simbolizar que a verdadeira adoração parte do sentimento do ser humano, destruindo qualquer tipo de adoração exterior que pudesse fortalecer o convencionalismo humano. Nesse sentido, o ato de adoração, assim como a prece, revela o aspecto democrático das leis criadoras da vida, pois todos, independentes de condição espiritual podem adorar a Deus. Pelo pensamento, pela prece elevada ao Criador, poderemos sentir de perto as manifestações de socorro que verte dos planos superiores e nos alcança a todos.

No livro “A Boa Nova”, escrito pelo espírito de Humberto de Campos através da psicografia de Chico Xavier, encontramos uma referência ao valor da prece, no sentido de adoração a Deus, e presente no capítulo intitulado “A Oração Dominical”.

Pedro, observamos que os homens não se lembram do céu, senão nos dias de incerteza e angústia do coração. Se a ameaça é cruel e iminente o desastre, se a morte do corpo é irremediável, os mais fortes dobram os

joelhos; Mas, quanto não deverá sentir-se o Pai amoroso e leal de que somente o procurem os filhos nos momentos do infortúnio? Decorridos alguns dias, estando o Mestre a ensinar aos companheiros uma nova lição referente ao impulso natural da prece, Simão lhe observou: – Senhor, tenho procurado, por todos os modos, manter inalterável a minha comunhão com Deus, mas não tenho alcançado o objetivo de minhas súplicas. – E o que tens pedido a Deus? – Interrogou o Mestre, sem se perturbar. – Tenho implorado à sua bondade que aplaine os meus caminhos, com a solução de certos problemas materiais (Humberto de Campos, A Boa Nova).



<http://free.messianicbible.com/feature/astonishing-bible-number-patterns-decoded-the-numbers-8-to-12/>

No final do diálogo com o discípulo, Jesus esclarece, com brandura e convicção, que o ser humano, consciente de suas responsabilidades perante a lei de Deus e na condição do filho que confia, deve implorar apenas o necessário para cumprir suas obrigações. Vejamos, então, a recomendação do Mestre que deve ser guardada como orientação sagrada e segura a todos os filhos de boa vontade, legando à humanidade a lição da comunhão adequada com o Pai celestial.

Pedro, enquanto orares pedindo ao Pai a satisfação de teus desejos e caprichos é possível que te retires da prece inquieto e desalentado. Mas, sempre que solicitares as bênçãos de Deus, a fim de compreenderes a sua vontade justa e sábia, a teu respeito, receberás, pela oração os bens divinos do consolo e da paz (Humberto de Campos, A Boa Nova).

E, na paz daquele mesmo dia, nasceria para a humanidade a mais perfeita e completa forma de adoração a Deus, através da prece pronunciada pelos lábios de Nosso Senhor Jesus. Esta prece ficaria, de forma inapagável, registrada nas anotações evangélicas, mas ganharia novos contornos na narrativa feita por Humberto de Campos, inclusive, ampliando e esclarecendo para a compreensão da prece sagrada.

Um dos filhos de Alfeu, porém, reconhecendo que o assunto interessava sobremaneira à pequena comunidade ali reunida, adiantou-se para Jesus, pedindo: – Senhor, ensina-nos a orar!

Dispondo-os então em círculo e como se mergulhasse o pensamento num invisível oceano de luz, o Messias

pronunciou, pela primeira vez, a oração que legaria à humanidade. Elevando o seu espírito magnânimo ao Pai Celestial e colocando o seu amor acima de todas as coisas, Jesus nos ensinou a orar:

-“Pai Nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome”.

E, ponderando que a redenção da criatura nunca se poderá efetuar sem a misericórdia do Criador, considerada a imensa bagagem das imperfeições humanas, continuou:

- “Venha a nós o teu reino”.

Dando a entender que a vontade de Deus, amorosa e justa, deve cumprir-se em todas as circunstâncias, acrescentou:

- “Seja feita a tua vontade, assim na Terra como nos céus”.

Esclarecendo que todas as possibilidades de saúde, trabalho e experiência chegam invariavelmente, para

os homens, da fonte sagrada da proteção divina, prosseguiu:

- “O pão nosso de cada dia dá-nos hoje”.

Mostrando que as criaturas estão sempre sob a ação da lei de compensações e que cada uma precisa desvencilhar-se das penosas algemas obscuro pela exemplificação sublime do amor, acentuou:

- “Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores”.

Conhecedor, porém, das fragilidades humanas, para estabelecer o princípio da luta eterna dos cristãos contra o mal, terminou a sua oração, dizendo com simplicidade: “Não nos deixes cair em tentação e livra-nos de todo o mal, porque teus são o reino, o poder e a glória para sempre”. “Assim seja.”

Levi, o mais intelectual dos discípulos, tomou nota das sagradas palavras, para que a prece do Senhor fosse guardada em seus corações humildes e simples. A rogativa de Jesus continha, em síntese, todo o programa de esforço e edificação do Cristianismo

nascente. Desde aquele dia memorável, a oração singela de Jesus se espalhou como um perfume dos céus pelo mundo inteiro (Humberto de Campos, A Boa Nova).

Ainda com relação ao sentimento de adoração, podemos afirmar que os Espíritos Superiores responderam de forma perfeita a Kardec, à pergunta 654 de O Livro dos Espíritos, quando afirmaram que Deus prefere os que o adoram do fundo do coração, com sinceridade, fazendo o bem e evitando o mal, aos que julgam honrá-lo com cerimônias que os não tornam melhores para com os seus semelhantes.

Ainda uma vez vos digo: até ele não chegam os cânticos, senão quando passam pela porta do coração (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos).

Merece destaque, também, a informação de que a comunhão dos pensamentos e dos sentimentos realizada de forma coletiva proporciona, aos homens, mais força para atrair os bons Espíritos. O mesmo se dá quando se reúnem para adorar a Deus. Mas, não devemos crer que a adoração

particular seja menos valiosa, pois que cada um pode adorar a Deus pensando nele.

A adoração ao “Pai Supremo” consiste no pensamento elevado e no desejo centralizado no bem, configurando a presença de Deus no coração do homem, mas isso não significa que o homem deve pensar apenas em Deus, pois que lhe impôs deveres a cumprir na Terra. Quem passa todo o tempo na meditação e na contemplação nada faz de meritório aos olhos de Deus, porque vive uma vida toda pessoal e inútil à Humanidade.

A prece é um ato de adoração. Orar a Deus é pensar nele; é aproximar-se dele; é pôr-se em comunicação com ele. A três coisas podemos propor-nos por meio da prece: louvar, pedir, agradecer (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos).

No sentimento de adoração, quando o ser humano o utiliza no veículo da prece, encontramos o silencioso, discreto e eficaz recurso da providência a todos os seus filhos, inclusive para o homem fútil, orgulhoso e egoísta, quando signifique um ato

de sincero arrependimento e de verdadeira humildade. A prece é sempre agradável a Deus, quando ditada pelo coração, pois, para ele, a intenção é tudo. Agrada-lhe a prece, quando expressa com fé, com fervor e sinceridade. Aquele que a Deus pede perdão de suas faltas só o obtém mudando de proceder, principalmente aqueles que fazem da prece um estudo de si mesmos.

Entremos, agora, no campo delicado da avaliação da prece, pois se a prece torna melhor o homem, porquanto aquele que ora com fervor e confiança se faz mais forte contra as tentações do mal e Deus lhe envia bons Espíritos para assisti-lo, o mesmo não se pode dizer de qualquer alteração no percurso escolhido pelo Espírito, configurando, nessa imagem, suas provas e expiações. As preces não tem o poder de mudar a natureza das nossas provas e desviar-lhes o curso. As nossas provas estão nas mãos de Deus e algumas há que têm de ser suportadas até ao fim; mas, Deus sempre leva em conta a resignação.

A vossa prece deve conter o pedido das graças de que necessitais, mas de que necessitais em realidade. Inútil,

portanto, pedir ao Senhor que vos abrevie as provas, que vos dê alegrias e riquezas. Rogai-lhe que vos conceda os bens mais preciosos da paciência, da resignação e da fé (Allan Kardec, O Evangelho Segundo o Espiritismo).

Façamos sobre esta questão uma imagem simples, porem esclarecedora. Um homem precisa transitar por uma estrada alguns quilômetros, e inicia a viagem caminhando. Ao longo da caminhada, esse homem planta flores nas margens da estrada transformando a paisagem, e torna o caminho mais agradável aos semelhantes. Mas as dores nas pernas o atormentam e ele suplica, em prece, o alívio às dores, a força e a coragem para continuar a caminhada em trabalho. Deus não poderá alterar a lei natural, anulando o seu quadro de provas, mas poderá **dispensar na lei certos benefícios, tendo em vista que sua existência já demonstra certas expressões de amor**. Portanto, em função do bem que espalhou, Deus poderá lhe conceder uma forma mais adequada de transporte para facilitar o percurso. Envia-lhe, assim, uma carroça como auxílio à

caminhada e ao trabalho, que ele executa ao longo do caminho. As dores continuarão, mas o caminhada se faz menos árdua.

Demais, não é possível que Deus mude a ordem da natureza ao sabor de cada um, porquanto o que, do vosso ponto de vista mesquinho e do da vossa vida efêmera, vos parece um grande mal é quase sempre um grande bem na ordem geral do Universo (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos).



CAPÍTULO IV

DA LEI DE CONSERVAÇÃO

CAPÍTULO IV

DA LEI DE CONSERVAÇÃO



Chico Xavier em sua residência em Uberaba

Deus outorgou a todos os seres vivos o instinto de conservação, porque todos têm que concorrer para cumprimento dos desígnios da Providência. A vida é necessária ao aperfeiçoamento dos seres, que o sentem instintivamente, sem disso se aperceberem (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos).

Tudo se equilibra no Universo, desde o átomo ao plano espiritual mais elevado e transcendente, e esse equilíbrio tem suas bases nas leis morais, cujas reflexões, para estudo e meditação, Allan Kardec estabelece em O Livro dos Espíritos. Leis que devem ser estudadas e aplicadas na vida em sociedade, mas também, no domínio individual.

O arquiteto supremo do Universo é o agente a quem devemos reverenciar diante da extraordinária beleza que se espalha em cada pedaço de sua obra, e cujo trabalho de conservação nos fala do trabalho do Criador. Antes de se pensar no trabalho dos homens, devemos curvar nossa frente, reverenciando as belezas da vida, que falam do trabalho incansável do Pai Maior, na conservação e ampliação dos domínios do Universo.

Eurípedes Barsanulfo, o inesquecível Professor das Minas Gerais, e que residiu na Cidade de Sacramento, relata-nos, em sua prece a Deus, a transcendente presença divina e sua influência na criação, como a nos dizer da responsabilidade do

ser humano perante o trabalho de conservação de tudo o que representa a inspiração de Deus.



<http://alianca.org.br/biografia-euripedes-barsanulfo/>
Eurípedes Barsanulfo, o Apóstolo da Caridade

Nasceu em Sacramento, no dia 1 de maio de 1880, e desencarnou no dia 1 de novembro de 1918. Foi educador, político, jornalista, e médium, um dos expoentes do espiritismo no país. Se notabilizou por sua atividade na educação e no tratamento espiritual,

tendo fundado o primeiro colégio espírita do país, o Colégio Allan Kardec. Antes de fazer dezoito anos, já tinha montado na sua casa uma pequena farmácia homeopática, a fim de ajudar a curar os pobres das redondezas e, frequentemente, também visitava as favelas próximas.

DEUS

Eurípedes Barsanulfo

O Universo é obra inteligentíssima; obra que transcende a mais genial inteligência humana; e, como todo efeito inteligente tem uma causa inteligente, é forçoso inferir que a do universo é superior a toda inteligência; é a inteligência das inteligências; a causa das causas; a lei das leis; o princípio dos princípios; a razão das razões; a consciências das consciências; é Deus! Deus!

Ó Deus! Reconheço-vos eu, Senhor! na flor dos jardins; na relva dos vales; no matiz dos campos; na brisa dos prados; no perfume das campinas; no murmúrio das fontes; no rumorejo das franças; na música dos bosques; na placidez dos lagos; na altivez dos montes;

na amplidão dos oceanos e na majestade do firmamento!

Ó Deus! Reconheço-vos eu, Senhor! nos lindos antélios, no íris multicolor; nas auroras polares; no argênteo da Lua; no brilho do Sol; na fulgência das estrelas; no fulgor das constelações! Ó Deus! Reconheço-vos eu, Senhor! na formação das nebulosas; na origem dos mundos; na gênese dos sóis; no berço das humanidades; na maravilha, no esplendor e no sublime do Infinito!

Feita essa reverência a Deus, podemos continuar a descobrir nas leis morais aquela que faz referência aos princípios de conservação, lei da sabedoria universal que dispensa ao ser humano, a partir da providência divina, os recursos naturais para a sua existência, mas somente o necessário, como nos ensina Jesus na lição do “pão nosso de cada dia”. A terra produziria sempre o necessário, se o homem soubesse contentar-se com o necessário.

Considerando que somente o necessário é útil, a lei de conservação nos pede prudência e

racionalidade na utilização dos recursos que o Planeta nos oferece, pois que essa utilização deve estar envolvida pelo pensamento permanente da conservação. Na capa da conservação é possível ao ser humano se utilizar dos recursos naturais, contribuindo para o cumprimento dos desígnios da Providência Divina, e, ao mesmo tempo, concorrer para o seu aperfeiçoamento, em regime de aprendizado.

Por outro lado, analisando o problema sobre o prisma espiritual, podemos afirmar que a Natureza dispensa a todas as criaturas, as condições adequadas para sua sobrevivência considerado um processo altamente dinâmico e justo onde o Espírito recebe, através da herança reencarnatória, todos os elementos para o equilíbrio de sua vida material.

Então, o que para muitas pessoas, o quadro reencarnatório poderia parecer injusto nas tintas da penúria material, se forem consideradas as necessidades espirituais do reencarnante, a paisagem exterior estará refletindo, apenas, suas necessidades interiores. Nesse caso, a Natureza

será a mesma, com as cores belíssimas dos quadros de Deus, mas ofertará ao Espírito, apenas, o que seja indispensável à sua renovação espiritual.

Exemplifiquemos. A paisagem que nosso irmão Nordestino enxerga, no interior do Sertão, pode parecer, à primeira vista, desolador, mas ela contém os ingredientes físicos indispensáveis ao fortalecimento da alma. O Espírito aprende com a Natureza, em regime de constante valorização dos bens naturais, guardando, no íntimo, verdadeiras lições, que falam de um passado, onde o próprio Espírito contribuiu para menosprezar ou agravar o equilíbrio natural. Surge, então, um desafio aos Nordestinos de contribuírem com a mudança do quadro, pelos seus esforços e determinação, além de receberem, todas as manhãs, os pensamentos de valorização dos bens da vida, como se a verdade estivesse falando aos seus Espíritos. Aprendizagem e trabalho, sob as penas da lei Divina, contribuindo para o cumprimento dos desígnios da Providência Divina.

Então, muitas vezes, o Espírito reencarnado torna-se aprendiz quando a privação do necessário se transforma em lição de vida. Nesse caso, para que a verdade fale à consciência e a lição se converta em aprendizado, é preciso fazer silêncio perante os gritos de revolta e viver o clima da resignação. É a vontade de Deus que se manifesta, satisfazendo aos ditames da justiça, que chama por testemunha a própria voz da consciência. Esta situação é analisada por Allan Kardec.

É isso uma prova, muitas vezes cruel, que lhe compete sofrer e à qual sabia ele de antemão que viria a estar exposto. Seu mérito então consiste em submeter-se à vontade de Deus, desde que a sua inteligência nenhum meio lhe faculta de sair da dificuldade. Se a morte vier colhê-lo, cumpra-lhe recebê-la sem murmurar, ponderando que a hora da verdadeira libertação soou e que o desespero no derradeiro momento pode ocasionar-lhe a perda do fruto de toda a sua resignação (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos, pg. 708).

Por outro lado, é frequente, a certos indivíduos, faltarem os meios de subsistência, ainda quando os cerca a abundância. Nesse caso pode estar se manifestando a lição inesquecível do Mestre Jesus, relativa ao “Buscai e Achareis”, expressão da vontade de Deus, que quer que seus filhos lutem e se esforcem, com denodo e perseverança. A lição nos informa que para achar o necessário é preciso procurá-lo, com ardor e perseverança, sem desanimar ante os obstáculos, que geralmente são simples meios de que se utiliza a Providência, para lhe experimentar a constância, a paciência e a firmeza.

Agora, surge uma questão importante que envolve o discernimento do Espírito. Em contato com os bens materiais, ele passa a viver um conflito existencial, pois se o ser humano tem o direito de se utilizar dos bens da Terra, como consequência da necessidade de viver, esses mesmos bens exercem um atrativo, na forma de tentações, que pode promover o desequilíbrio entre o que é necessário e o que é acessório. Nesse ponto verifica-se a luta construtiva do espírito, para desenvolver a razão e preservá-lo dos excessos.

Deus imprimiu a esse uso o atrativo do prazer, porque assim é o homem impelido ao cumprimento dos desígnios providenciais. Mas, além disso, dando àquele uso esse atrativo, quis Deus também experimentar o homem por meio da tentação, que o arrasta para o abuso, de que deve a razão defendê-lo (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos, pg. 712).

Essa atitude do ser humano nos permite refletir sobre o processo de educação, que Deus imprime como lei, e que esta presente na consciência de todas as criaturas. Assim, de leis naturais, como a de causa e efeito, que tem como base o livre arbítrio do homem, nascem os compromissos, lutas ou enfermidades, retratando, nas várias existências, que Deus não pune, não castiga, mas recolhe “os pedaços” do filho infiel e o coloca no hospital das vidas sucessivas, para depois de refeito, matriculá-lo na escola da educação. Olvidam a lei de Deus e terão que responder pelas privações que houverem causado aos outros. Sendo assim, as doenças, as enfermidades e, ainda, a morte, que resultam do abuso, é, ao mesmo tempo, o “castigo” à transgressão da lei de

Deus, que devemos entender como a consequência do afastamento deliberado da lei, pelo abuso insaciável do homem ou pelos vícios incontroláveis.

A lei de conservação obriga o homem a prover às necessidades do corpo, porque, sem força e saúde, impossível é o trabalho. É natural o desejo do bem-estar. Deus não condena a procura do bem-estar, desde que não seja conseguido à custa de outrem e não venha a comprometer as forças físicas ou as forças morais.

Existem privações voluntárias que são meritórias, porque eleva a alma do homem, entretanto, mais meritório é resistir à tentação que arrasta ao excesso ou ao deleite das coisas inúteis; é o homem tirar do que lhe é necessário para dar aos que carecem do bastante. A Civilização desenvolve o senso moral e, ao mesmo tempo, o sentimento de caridade, que leva os homens a se prestarem mútuo apoio. Trata-se de um movimento universal de solidariedade, que liga todos os seres em torno do ensinamento inesquecível de Nosso Senhor Jesus, o amai-vos

uns aos outros como ele nos amou, e que transcende os limites do Planeta Terra e ganha contornos universais.



Chico Xavier na distribuição de sopa, em Uberaba

Os sofrimentos naturais são os únicos que elevam, porque vêm de Deus. Os sofrimentos voluntários de nada servem, quando não concorrem para o bem de outrem. Por que de preferência não trabalham pelo bem de seus semelhantes? Vistam o indigente; consolem o que chora; trabalhem pelo que está

enfermo; sofram privações para alívio dos infelizes e então suas vidas serão úteis e, portanto, agradáveis a Deus. Sofrer alguém voluntariamente, apenas por seu próprio bem, é egoísmo; sofrer pelos outros é caridade: tais os preceitos do Cristo (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos, pg. 726).

CAPÍTULO V

DA LEI DO PROGRESSO

CAPÍTULO V

DA LEI DO PROGRESSO



Chico no Culto ao Evangelho, em Uberaba

No sentido de compreender a Lei do Progresso, é importante destacar que a lei de evolução foi

tratada por Kardec, na exposição síntese que caracteriza as bases doutrinárias. Em O Livro dos Espíritos, especificamente no tema sobre a Progressão dos Espíritos, os Espíritos Superiores trazem uma síntese da questão.

Deus criou todos os Espíritos simples e ignorantes, isto é, sem saber. A cada um deu determinada missão, com o fim de esclarecê-los e de os fazer chegar progressivamente à perfeição, pelo conhecimento da verdade, para aproximá-los de si. Nesta perfeição é que eles encontram a pura e eterna felicidade. Passando pelas provas que Deus lhes impõe é que os Espíritos adquirem aquele conhecimento (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos, Pg. 115).

Os Espíritos Superiores fazem, também, alusão ao movimento progressivo do Espírito, desde o átomo até ao ser considerado puro, na vertiginosa e fantástica viagem de ascensão espiritual. Evidentemente que esse assunto, mostrando, inclusive, a evolução do princípio inteligente em dois planos existenciais, seria tratado de forma magistral na obra mediúnica de Chico Xavier. Mas,

de qualquer maneira, fica, aqui, registrado a percepção síntese da espiritualidade superior, na obra Kardequiana, sobre a questão.

*É assim que tudo serve, que tudo se encadeia na Natureza, desde o átomo primitivo até o arcanjo, **que também começou por ser átomo.** Admirável lei de harmonia, que o vosso acanhado espírito ainda não pode apreender em seu conjunto! (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos, Pg. 540).*

Consolidando a ideia de que as Leis Morais representam a orientação superior, os Espíritos iniciam informando que a Lei Natural, ou a Lei de Deus escrita na consciência de cada ser, rege Humanidade inteira e o homem se melhora à medida que melhor a compreende e pratica.

A lei do progresso é essencialmente progressiva, ou seja, não seria possível ao homem retroceder em sua marcha evolutiva, pois seria negar essa mesma lei, que estabelece o mérito individual para todas as conquistas do Espírito. Ou seja, o progresso não é fruto de um ensinamento, mas

consequência da força que o homem tira de si mesmo, e se desenvolve naturalmente.

Face aos acontecimentos da atualidade, onde nos painéis contemporâneos estampam uma aparente predominância do mal, com a agressividade presente em todos os veículos de comunicação, verifica-se, de forma clara que o progresso moral nem sempre acompanha o progresso intelectual. Mas, o progresso intelectual pode dar origem ao progresso moral se fizer compreensíveis o bem e o mal, e o homem praticar a lei de amor e caridade.

O progresso completo constitui o objetivo. Os povos, porém, como os indivíduos, só passo a passo o atingem. Enquanto não se lhes haja desenvolvido o senso moral, pode mesmo acontecer que se sirvam da inteligência para a prática do mal. O moral e a inteligência são duas forças que só com o tempo chegam a equilibrar-se (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos, Pg. 780 b).

É importante salientar que os homens não tem o poder de deter a marcha do progresso, pois o

progresso é uma condição da natureza humana. O progresso é uma força viva, cuja ação pode ser retardada por leis humanas, porém não anulado. E isso pode acontecer até que o homem coloque suas leis em concordância com a justiça divina, expressas nas Leis Morais.

A história da humanidade esta repleta de exemplos que mostram a prepotência de homem em pretender paralisar o progresso em torno de suas personalidades, mas que nunca tiveram a visão geral das leis de Deus que colocam a o amor e a caridade a serviço desse mesmo progresso. Fora desse princípio não existe renovação, progresso, evolução.

No livro Instruções Psicofônicas, psicografado pelo médium Chico Xavier, vamos encontrar o depoimento de um Espírito que se designou por F.P., e cuja experiência reflete exatamente o assunto que estamos estudando, ou seja, o Ser Humano tentando atrasar a marcha do progresso, agarrado ao egoísmo, às leis humanas, sendo contra a abolição dos escravos e recebendo uma lição, na intimidade da própria consciência, que o

liberta dos pensamentos escravocratas. Deixando-nos, também, a lição de que ninguém detém a marcha do progresso, tendo em vista que as leis morais, as leis de Deus estão impressas em nossa consciência, e chega sempre um momento em que nos libertamos da escravização às leis humanas pelo entendimento íntimo das leis divinas. É, apenas, uma questão de vivência e de tempo.

13 de maio de 1954! Há precisamente sessenta e seis anos eram declarados livres todos os escravos no território brasileiro. E talvez comemorando o acontecimento, determinam os instrutores desta casa vos fale algo de minha história, de minha escura história. J. P. foi o meu nome em Vassouras, a fidalga Vassouras do Segundo Império. Em março de 1888 fui convidado a participar de expressiva reunião da Câmara Vassourense. Cogitava-se da adoção de medidas compatíveis com a campanha abolicionista, então na culminância. Alguns conselheiros propuseram que todos os fazendeiros do Município instituíssem a liberdade espontânea, a favor do elemento cativo, com a obrigação de os escravos alforriados prosseguirem

trabalhando, por mais cinco anos consecutivos, numa tentativa de preservação da economia regional. Discussões surgiram acaloradas. Diversos agricultores inclinavam-se à ponderação e à benevolência. Entretanto, eu era daqueles que pugnavam pela escravatura irrestrita. Encolerizado, ergui minha voz. Admitia que o negro havia nascido para o eito. Nada de concessões nem transações. O senhor era senhor com direito absoluto; o escravo era escravo com irremediável dependência. Aderi ao movimento contrário à proposta havida, e nós, os da violência e da crueldade, ganhamos a causa da intolerância porque, então, Vassouras prosseguiu esperando as surpresas governamentais, sem qualquer alteração.

De volta ao lar, porém, vim a saber que a inspiração da providência sugerida partira inicialmente de um homem simples, de um homem escravizado. Esse homem era Ricardo, servo de minha casa, a quem presumia dedicar minha melhor afeição. Era meu companheiro, meu confidante, meu amigo. Inteligência invulgar, traduzia o francês com facilidade. Comentávamos juntos as notícias da Europa e as

intrigas da Corte... Muitas vezes, era ele o escrivão predileto em meus documentários, orientador nos problemas graves e irmão nas horas difíceis... Minha amizade, contudo, não passava de egoísmo implacável.

Admirava-lhe as qualidades inatas e aproveitava-lhe o concurso, como quem se reconhece dono de um animal raro e queria-o como se não passasse de mera propriedade minha. Enraivecido, propus-me castigá-lo. E, para escarmento das senzalas, na sombra da noite, determinei a imediata prisão de quem havia sido para mim todo um refúgio de respeito e carinho, qual se me fora filho ou pai. Ricardo não se irritou ante o desmando a que me entregava. Respondeu-me às perguntas com resignação e dignidade. Calmo, não se abateu diante de minhas exigências. Explicou-se, imperturbável e sereno, sem trair a humildade que lhe brilhava no espírito. Aquela superioridade moral atizou-me a ira. Golpeado em meu orgulho, ordenei que a prisão no tronco fosse transformada em suplício. Gritei, desesperado. Assemelhava-me a fera a cair sobre a presa. Reuni minha gente e as pancadas —

triste é recordá-las! — dilaceraram-lhe o dorso nu, sob meus olhos impassíveis. O sangue do companheiro jorrou, abundante. A vítima, contudo, longe de exasperar-se, entrara em lacrimoso silêncio. E, humilhado por minha vez, à face daquela resistência tranquila, induzi o capataz a massacrar-lhe as mãos e os pés. A recomendação foi cumprida. Logo após, porque o sangue borbotasse sem peias, meu carrasco desatou-lhe os grilhões... Ricardo, na agonia, estava livre... Mas aquele homem, que parecia guardar no peito um coração diferente, ainda teve forças para arrastar-se, nas vascas da morte, e, endereçando-me inesquecível olhar, inclinou-se à maneira de um cão agonizante e beijou-me os pés.

Não acredito estejais em condições de compreender o martírio de um Espírito que abandona a Terra, na posição em que a deixei. Um pelourinho de brasas que me retivesse por mil anos sucessivos talvez me fizesse sofrer menos, pois desde aquele instante a existência se me tornou insuportável e odiosa. A Lei Áurea não me ocupou o pensamento. E quando a morte me requisitou à verdade, não encontrei no imo do meu ser

senão austero tribunal, como que instalado dentro de mim mesmo, funcionando em ativo julgamento que me parecia nunca terminar. Lutei infinitamente.

Um homem perdido por séculos, em noite tenebrosa, creio eu padece menos que a alma culpada, assinalando a voz gritante da própria consciência.

Perdi a noção do tempo, porque o tempo para quem sofre sem esperança se transforma numa eternidade de aflição. Sei apenas que, em dado instante, na treva em que me debatia, a voz de Ricardo se fez ouvir aos meus pés: — Meu filho!... meu filho!... Num prodígio de memória, em vago relâmpago que luziu na escuridão de minha alma, recordei cenas que haviam ficado a distância, quadros que a carne da Terra havia conseguido transitoriamente apagar. Com emoção indizível, vi-me de novo nos braços de Ricardo, nele identificando meu próprio pai. Meu próprio pai que eu algemara cruelmente ao poste de martírio e a cuja flagelação eu assistira, insensível, até ao fim.

Não posso entender os sentimentos contraditórios que então me dominaram. Envergonhado, em vão tentei fugir de mim mesmo. Em desabalada carreira,

desprendi-me dos braços carinhosos que me enlaçavam e busquei a sombra, qual o morcego que se compraz tão somente com a noite, a fim de chorar o remorso que meu pai, meu amigo, meu escravo e minha vítima não poderia compreender.

A Justiça vencera. Guardava, no fundo, a consolação do criminoso que se sente, de alguma sorte, reabilitado com a punição que lhe é imposta. A expiação era serviço que eu devia à minha própria alma. Se algum dia pudesse rever Ricardo — refletia —, que eu comparecesse diante dele como alguém que lhe havia experimentado as provações.

Lutei muito, repito-vos! Há quase dois anos, tive o conforto de desabafar-me convosco, de falar-vos de meus padecimentos e de receber-vos o óbolo de fraternidade e oração. Os instrutores de vossa casa me socorreram. Auxiliaram-me, sem alarde, noite a noite. Agora, esperarei o dia de minha volta ao campo normal da experiência humana, a fim de, em me banhando na corrente da vida física, apagar o passado e limpar minhas culpas, através do trabalho, com a minha justa escravização ao dever, para, então, mais

tarde, cogitar da suspirada ascensão. (Espíritos Diversos, Instruções Psicofônicas).

Anotemos, então, que o ser humano encontra em si mesmo a diretriz sagrada para a comunhão com a realidade Divina, já que traz a lei de Deus gravada na própria consciência, mas o esforço de renovação tem como plataforma o preceito “a cada um segundo as próprias obras”, devendo buscar a aplicação prática na legenda inesquecível:

“FORA DA CARIDADE NÃO HÁ SALVAÇÃO”

Mas, adotar esse princípio como legenda dos próprios valores, para muitas pessoas na vida contemporânea, é contrariar a essência do materialismo, do egoísmo que brota constantemente no ser humano, por esse motivo, essa tarefa esta reservada aos simples, aos humildes de coração, conforme falava Jesus.

O que devemos guardar em relação à Lei do Progresso e que esta se realiza através da renovação do Espírito, em bases evolutivas e pela aplicação da lei de amor e caridade, e cuja renovação se completa a partir do entendimento

do Evangelho de Jesus. O Evangelho é o guardião universal do bem, fator de sanidade e de equilíbrio de todos os homens.



<http://www.institutochicoxavier.org.br/tag/ilumina-te/>

O ser humano se renova, as instituições enquadram suas leis nas leis naturais do Criador e, como consequência a paisagem social e ambiental se modifica, por influência direta dos princípios Evangélicos. Portanto, devemos reconhecer que a lei do progresso tem suas bases na aplicação das leis morais, cuja essência é fundamentada na vida, obra e no caminho de Nosso Senhor Jesus.

**EU SOU O CAMINHO, A VERDADE E A VIDA,
E NINGUEM VAI AO PAI SENÃO POR MIM**

JESUS (João 14.6)

CAPÍTULO VI

DA LEI DE JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE

CAPÍTULO VI

DA LEI DE JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE



Chico Xavier em evento na Comunhão Espírita Cristã, Uberaba MG

873. O sentimento da justiça está em a natureza, ou é resultado de ideias adquiridas? Está de tal modo na natureza, que vos revoltais à simples ideia de uma injustiça. É fora de dúvida que o progresso moral desenvolve esse sentimento, mas não o dá. Deus o pôs

no coração do homem. Daí vem que, frequentemente, em homens simples e incultos se vos deparam noções mais exatas da justiça do que nos que possuem grande cabedal de saber (Allan Kardec, Livro dos Espíritos).

Para compreender a lei de Justiça, devemos situá-la no ensinamento maior expresso na sentença “Amar o próximo como a si mesmo”, o que consubstancia fazer pelos outros o que quereríamos que os outros nos fizessem, por ser a expressão mais completa da caridade, resumindo todos os deveres do homem para com o próximo. Um guia seguro, pois tomamos para padrão, do que devemos fazer aos outros, aquilo que para nós desejamos.

Analisando a proposta, chegaremos, naturalmente, na lei de amor, expressa nos princípios superiores e divinos de Nosso Senhor Jesus. Quando os homens a tomarem como padrão de justiça, não haverá mais discórdia, os palácios de justiça se transformarão em palácios da cultura, do saber, da moralidade, cujos princípios não serão utilizados para lavar

sentenças condenatórias, mas para incentivar o devotamento ao bem de todos.

A sublimidade da religião cristã está em que ela tomou o direito pessoal por base do direito do próximo (Allan Kardec, O Livro dos Espíritos).

Entretanto, devemos analisar o problema da Justiça em duas dimensões: A Dimensão Humana e a Dimensão Divina. Se a justiça humana regula, apenas, algumas relações sociais, é certo que, na vida particular, há uma imensidade de atos unicamente da alçada do tribunal da consciência. É compreensível, então, que a Justiça deve alcançar expressão mais ampla, não ficando circunscrita nos limites da vida física. Considerando a condição metafísica do ser, a existência do Espírito, sua individualidade e imortalidade, a partir desse ponto, a justiça divina comparece atribuindo a cada um segundo as suas obras, validados pelo princípio de que a lei de Deus encontra-se na consciência de cada ser humano.

Portanto, a lei divina determinará, de acordo com o que cada um realiza e registra na intimidade de si mesmo, a justiça perfeita, lavrando sentenças que deverão ser cumpridas ao longo das vidas sucessivas. É evidente que a aplicação da justiça perfeita fica condicionada a um processo evolutivo, em bases reencarnacionistas, para que o Espírito encontre as condições adequadas para o pagamento de suas dívidas. Essas sentenças, como expressão da verdade, serão aceitas, conscientemente, pelo Espírito, no limiar de uma nova existência, entretanto, em consequência de seu livre arbítrio, durante sua vida física, ele pode aceitar o quadro de provas, cumprindo as determinações da consciência, ou fugir desse regime pelas vias da revolta ou do suicídio, adiando seu processo de libertação.

Da necessidade que o homem tem de viver em sociedade, nascem-lhe obrigações especiais, e a primeira é a de respeitar os direitos de seus semelhantes, procedendo sempre com justiça. A causa da confusão em que vivem as sociedades humanas justifica-se porque a maioria dos

homens não pratica a lei de justiça, ou seja, não respeita os direitos do próximo.

Outro aspecto da Lei de Justiça, Amor e Caridade diz respeito ao direito de viver, um ponto sagrado, inserido, inclusive na recomendação do Cristo, quando recomenda dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Esse princípio é consequente daquele segundo o qual devemos proceder para com os outros como queiramos que os outros procedam para conosco. Ele condena todo prejuízo material e moral que se possa causar a outrem. Prescreve o respeito aos direitos de cada um, como cada um deseja que se respeitem os seus. Estende-se mesmo aos deveres contraídos para com a família, a sociedade, a autoridade, tanto quanto para com os indivíduos em geral. Nesse contexto encontra-se o sagrado direito à vida.

Para chegarmos a conclusões a respeito da Lei de Justiça, Amor e Caridade, anotemos as características do modelo de perfeição que Deus enviou aos homens para fazê-los progredir.

879. Qual seria o caráter do homem que praticasse a justiça em toda a sua pureza? O do verdadeiro justo, a exemplo de Jesus, porquanto praticaria também o amor do próximo e a caridade, sem os quais não há verdadeira justiça (Allan Kardec, Livro dos Espíritos).

Bastaria essa resposta para concluirmos que o padrão de conduta moral, no sentido da exemplificação do que seja a verdadeira justiça, encontra-se em Jesus. Pois, quando agredido, perdoava; quando injustiçado, compreendia; quando esquecido, trabalhava; quando possuía todos os motivos justos para reclamar, silenciava e, apenas, orava, rogando ao Pai a compreensão e a paciência; na luz da caridade, distribuía amor; na paz da consciência, encontrava-se com Deus.

886. Qual o verdadeiro sentido da palavra caridade, como a entendia Jesus? Benevolência para com todos, indulgência para as imperfeições dos outros, perdão das ofensas. O amor e a caridade são o complemento da lei de justiça, pois amar o próximo é fazer-lhe todo o bem que nos seja possível e que desejáramos nos fosse feito. Tal o sentido destas palavras de Jesus: Amai-vos

uns aos outros como irmãos. A caridade, segundo Jesus, não se restringe à esmola, abrange todas as relações em que nos achamos com os nossos semelhantes (Allan Kardec, Livro dos Espíritos).

A caridade, no entendimento de Jesus, envolve o sentimento de compaixão até mesmo por aquele que se considera nosso inimigo, pois podemos e devemos amar os inimigos através do perdão incondicional, e retribuindo o mal com o bem.

Outro aspecto a ser considerado e que envolve Justiça social, é a questão da esmola, pois o homem condenando a pedir esmola, se degrada física e moralmente. Uma sociedade que se baseie na lei de Deus e na justiça deve prover à vida do fraco, sem que haja para ele humilhação. Deve assegurar a existência dos que não podem trabalhar, sem lhes deixar a vida à mercê do acaso e da boa vontade de alguns.

A espiritualidade superior, inclusive, não reprovava a esmola, mas a maneira por que habitualmente é dada. O homem de bem, que compreende a caridade de acordo com Jesus, vai ao encontro do

infeliz, sem esperar que este lhe estenda a mão. O Evangelho nos fala dos chamados infortúnios ocultos, aqueles que devem ser descobertos, quando a necessidade é tão grande que o infortunado não se encontra em condições físicas de, inclusive, pedir esmola. Caracteriza-se como a verdadeira solidariedade, principalmente, quando o benfeitor esconde a mão que oferece o auxílio.

No exercício da prática da caridade, nos deparamos com um conflito existencial que deve merecer nossa atenção, ou seja, porque o ser humano se entrega a uma condição degradante de vida, mendigando a própria subsistência, quando a vida nos oferece múltiplas oportunidades de trabalho? Allan Kardec busca a resposta com os Espíritos, e cujas considerações estão incluídas em O Livro dos Espíritos.

889. Não há homens que se veem condenados a mendigar por culpa sua? Sem dúvida; mas, se uma boa educação moral lhes houvera ensinado a praticar a lei de Deus, não teriam caído nos excessos causadores da sua perdição. Disso, sobretudo, é que

depende a melhoria do vosso planeta (Allan Kardec, Livro dos Espíritos).

Allan Kardec revela que ao lado da assistência material, por compaixão às necessidades humanas, existe outro aspecto que deve ser considerado como prioritário no processo de renovação, que é a educação. O ser humano, quando consciente de seus direitos e deveres, e recebendo uma educação destinada ao desenvolvimento de hábitos morais, desde a infância, ele construirá sua própria história a partir do respeito às instituições e ao próximo, o que lhe permitirá viver, mesmo nos dias mais penosos, com a dignidade do filho que respeita as decisões do Pai maior, vive no clima da aceitação consciente, e trabalha pelo seu crescimento espiritual. Podemos afirmar que o ser humano compreende a afirmativa de Nosso Senhor Jesus, “Ajuda-te e o Céu te Ajudará”, e estabelece padrões de comportamento com base na fé em Deus e no trabalho.

Há um elemento, que se não costuma fazer pesar na balança e sem o qual a ciência econômica não passa

de simples teoria. Esse elemento é a educação, não a educação intelectual, mas a educação moral. Não nos referimos, porém, à educação moral pelos livros e sim à que consiste na arte de formar os caracteres, à que incute hábitos, porquanto a educação é o conjunto dos hábitos adquiridos. Considerando-se a aluvião de indivíduos que todos os dias são lançados na torrente da população, sem princípios, sem freio e entregues a seus próprios instintos, serão de espantar as consequências desastrosas que daí decorrem? Quando essa arte for conhecida, compreendida e praticada, o homem terá no mundo hábitos de ordem e de providência para consigo mesmo e para com os seus, de respeito a tudo o que é respeitável, hábitos que lhe permitirão atravessar menos penosamente os maus dias inevitáveis. A desordem e a imprevidência são duas chagas que só uma educação bem entendida pode curar. Esse o ponto de partida, o elemento real do bem-estar, o penhor da segurança de todos (Allan Kardec, Pergunta 685.a de O Livro dos Espíritos).

Esta é a visão de quem compreende a vida sob o prisma da imortalidade da Alma e das vidas

sucessivas, e entende o ser humano na condição de um Espírito matriculado na escola da experiência, aprendendo com professores que poderíamos designar como Pais, o lar, os filhos, o educador, as limitações físicas, as doenças, as experiências profissionais, a vida social, o trabalho voluntário, a experiência religiosa, as relações humanas, o aprendizado com a natureza, enfim, fatores que representam lições de vida.

Entretanto, muitas lições são inabordáveis, por representarem consequências de vidas passadas, e que devem ser aceitas no clima da confiança em Deus. Devemos considerar que ao lado das experiências que chegam pelas circunstâncias de vida, pelas vias da vida social, o ser humano deve agregar a educação moral, utilizar a moral religiosa para inspirar a formação do caráter e do instituto de família, criando hábitos saudáveis ao Espírito reencarnado, para que as lições sejam assimiladas com o propósito de educar para a vida eterna. Enfim, é pela educação, muito mais do que pela instrução, afirma Kardec, que vamos atingir o progresso moral.

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAPÍTULO VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leis dos homens são mutáveis, mas toda cultura e cada sociedade institui uma moral, isto é, valores concernentes ao bem e ao mal, o que é permitido e o que é obrigado, a conduta correta e a conduta incorreta, válidos para todos os seus membros. Somente a Lei de Deus é imutável. Se os homens pudessem se amar uns aos outros como Jesus nos amou, ou seja, sem espírito de retribuição algum, com espírito de sacrifício em favor da pessoa amada, nós teríamos a felicidade reinando no Planeta Terra. As Leis Morais, ditadas por ordem do Espírito da Verdade, e codificadas pelo emérito pedagogo Allan Kardec, gravitam em torno do Sermão da Montanha, da lei de amor, e,

portanto, trata-se de um guia seguro para o Homem no estabelecimento da paz e da concórdia.

DA LEI DO TRABALHO. O trabalho é uma Lei da Natureza. Tudo na Natureza trabalha. O trabalho é uma necessidade imposta ao homem como meio de progresso e expiação ao mesmo tempo. É progresso, porque é um meio de aperfeiçoar a sua inteligência. Sem o trabalho, o homem permaneceria na infância intelectual. É expiação, porque através do trabalho, o homem está sujeito ao trabalho para satisfazer suas necessidades.

DA LEI DE ADORAÇÃO. Elevar os nossos pensamentos a Deus em sinal de gratidão e amor é a melhor forma de adorá-lo. Devemos adorar a Deus, o Pai justo e misericordioso, porque temos gravados na nossa consciência que existe algo muito maior que nós e que pode nos proteger, é como o sentimento de um filho para com o pai.

DA LEI DE REPRODUÇÃO. Sem a reprodução o mundo corpóreo pereceria. O casamento é um progresso na marcha da Humanidade. O homem

pode regular a reprodução segundo as suas necessidades, mas não deve travá-la sem necessidade. O celibato por si mesmo não é um estado meritório. Todo sacrifício pessoal visando ao bem eleva o homem.

DA LEI DE CONSERVAÇÃO. Todos os seres vivos possuem o instinto de conservação qualquer que seja o seu grau de inteligência. A composição natural da Terra nos provê todos os meios necessários para que possamos sobreviver. Tudo o que precisamos está integrado à natureza seja no solo, no mar ou no ar. Porém, por imprevidência de nossa parte, extraímos da Natureza não só o necessário, mas o supérfluo, por egoísmo ou ganância.

DA LEI DE DESTRUIÇÃO. Diz respeito às transformações causadas pelas “destruições” realizadas em todos os tempos da humanidade. Seja pelo homem, seja pela própria natureza. O que chamamos de destruição, não é nada senão uma transformação, pois na verdade o que se destrói ou se reestrutura de forma melhor é sobreposta por algo mais adiantado. A destruição

é necessária, mas a Natureza nos cerca de meios de conservação para evitar a destruição antes do tempo necessário.

DA LEI DE SOCIEDADE. Os homens têm, além das necessidades básicas, a necessidade de viver em grupo. Deus não deu inutilmente a palavra e todas as outras faculdades necessárias à vida de relação. Todos devem concorrer para o progresso, ajudando-se mutuamente.

DA LEI DO PROGRESSO. O progresso é o alvo a atingir e acontece passo a passo. A moral e a inteligência são duas forças que se equilibram com o tempo. Não é possível ao homem deter a marcha do progresso, porém ele pode entravá-lo.

DA LEI DE IGUALDADE. Todos os homens são iguais perante Deus. Ele fez as suas leis iguais para todos. O sol brilha para todos. As desigualdades sociais são obras do homem. Deus concedeu a uns a riqueza e o poder a outros, para provar a cada um de uma maneira diferente. Aliás, essas provas escolhidas pelos próprios espíritos.

DA LEI DE LIBERDADE. Não gozamos de liberdade absoluta, porque todos necessitamos uns dos outros. A condição em que o homem pudesse desfrutar de liberdade absoluta é a do eremita no deserto, entretanto desde que haja dois homens juntos há direitos a respeitar. A liberdade de um termina onde começa a do próximo. É pelo pensamento que o homem desfruta de uma liberdade sem limites. Só Deus, podendo conhecê-lo, condena-o ou absolve-o, segundo a sua justiça.

DA LEI DE JUSTIÇA, AMOR E CARIDADE. A justiça consiste no respeito aos direitos de cada um. "Não façais aos outros o que não quereis que vos façam". O verdadeiro sentido da palavra caridade, como a entendia Jesus, deve ser praticado na benevolência para com todos, indulgência para com as imperfeições dos outros e no perdão das ofensas.

A LEI DIVINA É ETERNA E IMUTÁVEL COMO O PRÓPRIO DEUS!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allan Kardec, O Livro dos Espíritos

Allan Kardec, O Evangelho Segundo o Espiritismo

André Luiz, Evolução em Dois Mundos

Herculano Pires, Edição comemorativa do centenário de "O Livro dos Espíritos", em 18 de Abril de 1.957

Emmanuel, Caminho, Verdade e Vida

Humberto de Campos, A Boa Nova

Espíritos Diversos, Instruções Psicofônicas



INSTITUTO ESPÍRITA DA CARIDADE LUZ DE LÍVIA

Departamento de Comunicação
Difusão Doutrinária

1ª edição – Março/2018

Autor Intelectual
Leonel S. Varanda

Todos os direitos de reprodução, cópia, comunicação ao público e exploração econômica desta obra estão reservados

única e exclusivamente para o Instituto Espírita da Caridade Luz de Livia. Proibida a reprodução total ou parcial da mesma, através de qualquer forma, meio ou processo eletrônico, digital, fotocópia, microfilme, internet, CD-ROM, sem a prévia e expressa autorização da editora nos termos da Lei 9.610/98 que regulamenta os direitos de autor e conexos.